TITULO: Projeto de Extensão Universitária voltado às políticas públicas -PROEXT-2004: **"A Psicopedagogía vai à escola e envolve as famílias: uma experiência de indissociabilidade entre pesquisa, ensino e extensão."**

EJE: Ensino, pesquisa, extensão

AUTORES: CARVALHO Ivana de Oliveira. LEAL, Regina Rosa dos Santos

REFERENCIA INSTITUCIONAL: Faculdade de Educação do Campus de Belo Horizonte-MG FaE/CBH/UEMG

CONTACTOS: ivanacarvalho@yahoo.com.br - reginaleal.uemg@gmail.com

RESUMEN

O Projeto de Extensão Universitária voltado às Políticas Públicas, aprovado pela Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação (PROEXT-2004 SESu/MEC), intitulado "A Psicopedagogia vai à escola e envolve as famílias: uma experiência de indissociabilidade entre pesquisa, ensino e extensão, foi criado no ano de 2005 com os recursos do PROEXT-2004. O principal objetivo do projeto foi, inicialmente, implantar e implementar o Laboratório de Psicopedagogia da FaE-CBH-UEMG, vinculado aos cursos de Graduação em Pedagogia e de Pós-graduação *Lato Sensu* em Psicopedagogia Clínica e Institucional. Após sua implantação, o Laboratório, até a presente data, vem atuando como atividade extensionista articulando o ensino e a pesquisa. Enquanto ação psicopedagógica, o trabalho de extensão vem favorecendo o diálogo entre Universidade, famílias e escolas públicas e particulares do Ensino Fundamental de Belo Horizonte, que encaminham seus alunos para o atendimento clínico. Nesse sentido, o projeto de extensão contribui para a melhoria das relações de ensino-aprendizagem no contexto escolar, familiar e social. No contexto da Universidade, o projeto articula o dialogo entre a graduação e o curso de pós graduação *Lato Sensu* em Psicopedagogia Clínica e Institucional. Por fim, o projeto visou a ampliar o campo de conhecimento nas áreas da Pedagogia, da Psicologia da Educação e da Psicopedagogia em Minas Gerais.

Palavras-chave: extensão universitária, atendimento psicopedagógico, políticas públicas em educação e saúde.

INTRODUÇÃO

Este artigo tem como propósito situar o projeto de extensão universitária voltado às políticas públicas (PROEXT-2004) da Faculdade de Educação do Campus de Belo Horizonte da Universidade do Estado de Minas Gerais, no âmbito de uma universidade que se propõe a construir sua política de extensão tendo como foco a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão visando, assim, a aprofundar a discussão acerca do papel da Universidade e da extensão enquanto ação social frente ao poder público e às políticas públicas.

Para a compreensão do papel da extensão universitária na UEMG e suas relações com a sociedade e as políticas públicas, faz-se necessário situar, ao longo da sua história, a evolução, os avanços e a consolidação da sua atividade extensionista enquanto espaço de aprendizagem junto à sociedade, a partir dos seus projetos que visam ao compromisso social no enfrentamentos das questões emergentes postas pela sociedade contemporânea.

A UEMG foi criada pelo Art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Mineira e pela Lei n. 11.539, de 22 de julho de 1994. Trata-se de uma autarquia de regime especial, pessoa jurídica de direito público, com sede e foro em BH, sendo referência como instituição promotora de ensino, pesquisa e extensão em consonância com políticas, demandas e vocações regionais do Estado. A mesma Lei estabeleceu uma estrutura para a Universidade: foram definidos os órgãos colegiados e as unidades administrativas como as Pró-reitorias e os campi regionais. O Campus de Belo Horizonte é formado pelas unidades: Escola de Design, Escola Guignard, Escola de Música, Faculdade de Educação e Faculdade de Políticas Públicas.

Com a criação da Pró-Reitoria de Extensão da Universidade do Estado de Minas Gerais, foram estabelecidas normas para apresentação de projetos para o Programa Institucional

de Apoio à Extensão, tendo como propósito os seguintes objetivos: propiciar aos estudantes de graduação condições diferenciadas de aprendizagem; contribuir com a formação de recursos humanos capazes de contextualizar e transformar a realidade; habilitar o estudante para confrontar os estudos teóricos com a realidade; contribuir para a formação do aluno e sua futura inserção no mercado de trabalho; propiciar ao estudante oportunidade de implementar atividades de inclusão social; participar de políticas públicas numa relação dialógica com a sociedade e propiciar ao professor a oportunidade de enriquecer suas aulas em contato com as questões sociais do cotidiano.

A atividade extensionista na UEMG, até 2006, não tinha um Programa institucionalizado de Apoio à Extensão, pois não existia, no âmbito do Estado, um programa de financiamento da extensão, como ocorre com a Pesquisa, que tem Agências de Fomento nos níveis federal e estadual. A partir do ano de 2002, a UEMG iniciou uma proposta pontual de financiamento de bolsas de extensão com a oferta de oito bolsas. Em 2004, o MEC / SESu lançou o Edital n. 005/2004 para atendimento aos projetos de extensão para as universidades públicas, federais e estaduais, e a UEMG teve aprovação de 03 projetos, com um total de 16 bolsas para estagiários. Em 2005, novamente a UEMG participou do Edital MEC/SESu e teve aprovação de 03 projetos, beneficiando 33 estagiários. Em 2006, com o Programa Institucional de Apoio à Extensão (PAEx), o Governo do Estado de Minas Gerais iniciou o apoio às modalidades de bolsas e auxílios acima citados, no sentido de enriquecer a formação do aluno e permitir o diálogo e a troca de saberes com a comunidade para o fortalecimento das regiões mineiras. Em 2007, com esse Programa, foram desenvolvidos 151 projetos extensionistas, apoiando 295 alunos-bolsistas das diferentes Unidades da UEMG; em 2008, 66 projetos e 122 alunos-bolsistas; em 2009, 60 projetos, 106 alunos-bolsistas e em 2010, 70 projetos e 125 alunos-bolsistas.

A Política de Extensão Universitária da UEMG reflete os desafios atuais colocados à extensão universitária como uma atividade-fim, integrada ao ensino e à pesquisa, conforme expressa o art. 207 da Constituição Federal/1988 (BRASIL, 1988). Tal artigo foi

regulamentado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN/96) que, em seu artigo 43, determinou a finalidade da educação superior e ressaltou o papel da extensão universitária como produtora e difusora de conhecimentos, cabendo-lhe uma função precípua de estabelecer a interlocução com a sociedade (BRASIL, 1996). Além do mais, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) incluiu a extensão como um dos parâmetros da avaliação das universidades brasileiras (BRASIL, 2004).

Por outro lado, o reconhecimento legal dessa atividade acadêmica, sua inclusão na Constituição do País e a organização do Fórum de Pró-reitores de Extensão, no fim da década de 80, deram à comunidade acadêmica as condições e o lugar para uma conceituação precisa da extensão universitária como o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade. A conceituação de extensão definida pelo Fórum de Pró-reitores nos leva refletir sobre as seguintes questões: Qual é o papel da extensão universitária no contexto da UEMG? Que relações a Universidade estabelece entre a formação docente e a formação para a cidadania? Em que medida a extensão universitária da Faculdade de Educação pode satisfazer as demandas da sociedade contemporânea frente às dificuldades de aprendizagem humana?

A CONSTRUÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA FAE/CBH/UEMG NA PERSPECTIVA DA FORMAÇÃO ACADÊMICA E CIDADÃ

Buscando o enfrentamento dos desafios colocados pela Constituição Federal de 1988 e pela LDBEN/96 à extensão universitária, a UEMG vem refletindo sobre o significado da extensão, compreendendo sua origem e evolução para, assim, atuar junto à sociedade respeitando as suas especificidades historicamente construídas que lhe permitam oferecer à sociedade serviços de qualidade.

Nesse sentido, a FaE/CBH/UEMG vem trabalhando para superar uma prática extensionista baseada numa concepção assistencialista visando à construção de novas

perspectivas da indissociabilidade entre pesquisa, ensino e extensão. Assim, é oportuno observar até que ponto a concepção de uma extensão assistencialista atende somente os interesses das classes dominantes, uma vez que tais ações, em sua maioria, são voltadas para a manutenção das desigualdades sociais. Nessa concepção, as ações extensionistas caracterizam-se por prestação de serviços à comunidade de forma esporádica, objetivando a "resolução" de problemas sociais sem nenhuma articulação com o ensino e a pesquisa.

Por outro lado, procura não se render a uma concepção de extensão mercantilista, que se instalou a partir dos anos 80, com as transformações advindas da globalização - abertura de mercados, flexibilização do trabalho e redução dos gastos do Estado com as instituições sociais - a partir das políticas neoliberais. Esse fato provocou mudanças no papel da universidade e na concepção da extensão universitária gerando implicações teóricas e metodológicas no currículo da FaE/CBH/UEMG, com a introdução das disciplinas na área da tecnologia.

No contexto neoliberal, frente ao fortalecimento do mercado e ao desenvolvimento das tecnologias, cria-se uma visão de universidade, na ótica da privatização, cujo acesso se dá pelo pagamento de taxas e pela adoção de outros instrumentos que descaracterizam a identidade de uma universidade pública e gratuita que substituem a possibilidade de igualdade.

Para Sguissardi (2001), a universidade brasileira, na ótica neoliberal, assumiu um papel de universidade empresarial, a partir da vinculação aos organismo internacionais, sobretudo FMI, BIRD e Branco Mundial, submetendo-se às suas exigências de serem organizadas e geridas à semelhança de empresas econômicas. Nesse sentido, as universidades devem diversificar suas fontes de recursos com venda de serviços, consultorias, etc.

Buscando aprofundar as discussões sobre o papel da extensão na Faculdade de Educação e na Universidade como um todo, enquanto atividade que priorize as demandas sociais e favoreça o pensar e o agir, a concepção e a execução, na perspectiva de uma maior aproximação com a sociedade, o projeto extensionista "*A Psicopedagogia vai à escola e envolve as famílias: uma experiência de indissociabilidade entre pesquisa, ensino e extensão*," vem buscando, ao longo dos seus seis anos de atuação, uma articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão a partir do diálogo com os alunos da graduação e da pós graduação *lato sensu*, especificamente o curso de Psicopedagogia clínica e institucional, as escolas que encaminham os alunos até o Laboratório de Psicopedagogia e as famílias dos referidos alunos. Busca-se, com essa articulação, avançar para uma concepção de extensão indissociada que propicie uma formação acadêmica fundamentada na construção teórica-prática, na postura ética e cidadã.

A preocupação com uma formação acadêmica com vistas a respeitar os saberes produzidos pela sociedade para desenvolver uma extensão que tenha significado social e que estreite os laços entre educação e cidadania não é uma preocupação recente.
Paulo Freire (1977), ao examinar o conceito de extensão, o contrapôs ao de comunicação, denunciando certa presunção da universidade em "estender" seu conhecimento à sociedade, desconhecendo os saberes produzidos por essa última. Esse debate provocou as universidades a repensarem o conceito de extensão e os métodos que envolviam suas ações. Assim, novos sentidos foram conferidos às práticas de ensino, à pesquisa e à extensão que passaram a ser compreendidas não somente como transmissão de conteúdos, mas como fruto do diálogo entre os diversos saberes, oriundos tanto da sociedade como da universidade.

Em 1999, o Departamento de Educação da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP) realizou um seminário cujo tema em debate foi: " Educação e Cidadania", onde se problematizava em que medida a universidade pode auxiliar na formação dos cidadãos; quais são os vínculos entre educação e cidadania; que critérios

devem nortear esses vínculos na sociedade contemporânea; entre outros. Esse seminário contribuiu para o pensar sobre a universidade pública como instituição que muito pode contribuir para a ampliação dos direitos da cidadania e, ainda, como o conhecimento produzido na academia pode se mostrar à sociedade.

Segundo Arroyo (2001), temos ainda como desafio avançar o conceito da cidadania após as mudanças frente ao mundo globalizado. Nesse sentido, é preciso refletir sobre a concepção e a prática de cidadania construída após os anos de Ditadura Militar até agora. Depois da ditadura, da opressão e da negação de liberdade, tínhamos uma concepção de cidadania demasiadamente político, pois identificávamos política não como participação na *civitas*, na *polis,* mas como participação no governo político, principalmente. Colocávamos a cidadania como um ato de consciência política e definíamos a consciência como uma postura intelectual. O centro da prática pedagógica era o conteúdo: "Pedagogia crítico social dos conteúdos". Para Arroyo (2001), esse reducionismo da cidadania à consciência, à criticidade, ao conteúdo, ao intelecto, ao pensamento terminou reformando algo que já fazia parte de nossa tradição pedagógica: uma escola demasiadamente intelectualizada, demasiadamente cognitivista. Entretanto, para o autor, na escola, deveríamos trabalhar, além da dimensão cognitiva, a dimensão ética, a dimensão relacional, a corporeidade, a sexualidade, a afetividade, entre outras, pois todas essas dimensões são humanas.

Ainda segundo Arroyo (2001), o Art. 1º da LDBEN/96 define os espaços educativos como aqueles em que acontecem a socialização, o aprendizado e o processo de formação humana, ou seja, no trabalho, na família, na rua, na sociedade, nos meios de comunicação e também na escola. A escola não é o único lugar no qual ocorre o processo educativo, não é o único espaço educativo. A criança já chega à escola em processo de formação, em processo cultural, processo de formação de identidade, de valores. E a escola, como se integra com a família? Como se integra com a rua? Como se integra com os meios de comunicação? Essa tem que ser a nossa pergunta para construir uma extensão que dialogue com o ensino, a pesquisa e a sociedade.

O PROJETO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: "A PSICOPEDAGOGIA VAI À ESCOLA E ENVOLVE AS FAMÍLIAS: UMA EXPERIÊNCIA DE INDISSOCIABILIDADE ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

Criado em 2003, o Núcleo de Estudos e Pesquisas de Psicologia da Educação e Psicopedagogia (NEPPp) da FaE/CBH/UEMG teve como propósito aprofundar os estudos e as pesquisas na área da Psicologia da Educação e da Psicopedagogia. O Núcleo é constituído por professores do Programa de Pós graduação *lato sensu*, vinculados ao Curso de Pós graduação em Psicopedagogia Clínica e Institucional, contando, ainda, com os professores do Programa de Pós graduação *Stricto Sensu* vinculado ao Mestrado em Educação e Humanidades, que desenvolvem a pesquisa sobre O Serviço de Orientação e Seleção Profissional (SOSP) no período de 1949 a 1992.

O NEPPp tem como objetivo geral desenvolver estudos e pesquisas sobre a História da Psicologia da Educação e da Psicopedagogia em Minas Gerais para conhecer as origens e perspectivas das pesquisas realizadas no estado mineiro e realizar projetos de extensão que possam contribuir, de forma teórico-metodológica, para uma aproximação com a sociedade. Temos como linhas de pesquisa: História da Psicologia da Educação em Minas Gerais, Fundamentos da Psicopedagogia, Processos de ensino-aprendizagem, Práticas Educativas na Psicopedagogia.

Temos como propósito da extensão o aprimoramento do diálogo com as escolas e as famílias. O projeto de extensão: "A psicopedagogia vai à escola e envolve as famílias: uma experiência de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, aprovado em 2005, teve como meta principal, no momento da sua elaboração, a implantação e a implementação do Laboratório de Psicopedagogia visando a criação de um espaço de

realização do estágio curricular supervisionado das alunas do curso de Pós-graduação *lato sensu* em Psicopedagogia Clínica e Institucional da FaE/CBH/UEMG.

Após a implementação do referido Laboratório, foi possível iniciar o processo da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão investigando as questões ligadas às dificuldades de aprendizagem das crianças atendidas, uma vez que, a cada dia, observa-se um significativo aumento das queixas em relação aos problemas de aprendizagem e, consequentemente, ao fracasso escolar. A partir desse projeto, buscou-se estabelecer um diálogo com as escolas, com as famílias e, a partir desse diálogo desenvolver estudos teóricos e práticos na área do conhecimento .

Muito contribuiu para essa articulação a história da Faculdade de Educação que teve, na sua origem, desde a década de 30, a Escola de Formação de Professores e o Curso de Pedagogia do Instituto de Educação de Minas Gerais. Outro fator de grande importância foi a experiência do estágio integrado, tendo as séries iniciais do Instituto de Educação como escola de aplicação dos cursos de graduação em Pedagogia e de Pós graduação *lato sensu* em Psicopedagogia clínica e institucional.

Embora as dificuldades de aprendizagem tenham-se tornado o foco de pesquisas mais intensas nos últimos anos, elas ainda são pouco entendidas pelo público em geral.
Para Smicht (2001), as dificuldades de aprendizagem raramente podem ser atribuídas a uma única causa: muitos aspectos diferentes podem prejudicar o funcionamento cerebral e os problemas psicológicos de crianças podem ser complicados, até certo ponto, por seus ambientes doméstico e escolar. Tendo como objeto de estudo a aprendizagem humana, a Psicopedagogia surgiu de uma demanda - as dificuldades de aprendizagem -, colocadas num espaço pouco explorado, situado além dos limites da pedagogia e da psicologia. Para Alícia Fernández (1991), podemos dividir em duas categorias as dificuldades ou distúrbios de aprendizagem: **o sintomático e o reativo.** Do ponto de vista sintomático o problema apresenta-se e estrutura-se no sujeito, sendo resultante da desarticulação do organismo, da inteligência, da estrutura de necessidades. Está

relacionado principalmente às questões internas sem, no entanto, excluir a influência do grupo familiar e da escola. Do ponto de vista reativo**,** as dificuldades de aprendizagem configuram-se como uma reação à determinada situação externa ao sujeito e geralmente decorre da dificuldade de inserção de um meio educativo ou podem estar relacionadas aos métodos de ensino, às relações professor-aluno-grupo, à família. De acordo com a referida autora,

> […] todo sujeito tem a sua modalidade da aprendizagem, ou seja, meios, condições e limites para conhecer. Modalidade de aprendizagem significa uma maneira pessoal para aproximar-se do conhecimento e constituir o saber. Tal modalidade constrói-se desde o nascimento, é como uma matriz, um molde, um esquema de operar que vamos utilizando nas situações de aprendizagem. Esta modalidade é fruto do seu inconsciente simbólico constituído na sua inter-relação com o outro e de sua atividade estruturante de um universo estável: relação causa-efeito, espaço-tempo, objetividade. Assim, organizam-se as operações lógicas, de classificação e de relação que, de um nível de elaboração simples, passa a outro cada vez mais complexo. Esse sujeito envolve, num único personagem, o sujeito epistêmico e o sujeito do desejo. Isto significa que a possibilidade de aprender está situada no nível inconsciente, no desejo de conhecer. (FERNANDEZ, 1991, p.15).

As dificuldades de aprendizagem, segundo Jorge Visca (1987), devem ser entendidas a partir de uma abordagem psicopedagógica e de acordo com a perspectiva da "Epistemologia convergente," isto é, predominantemente, em uma atitude que integra os aportes das Escolas de Genebra, (Piaget), da Psicanalítica (Freud) e da Psicologia Social (Pichón Rivière). Sara Pain (1996), por sua vez, nos fala da criança em processo de regate da aprendizagem a partir da intervenção psicopedagógica:

> Permitir à criança apropriar-se de um conhecimento é permitir-lhe fortificar o seu Ego, na medida em que ela pode se constituir em uma personalidade mais segura, mais dominante e mais responsável. Constatamos, entretanto, que a escola nem sempre desempenha um trabalho competente, em decorrência de posturas dominadoras. Domina oferecendo menos elementos às crianças para pensar, pois seu domínio depende da manutenção da ignorância. É o colonialismo no nível da aula. A diferença em relação ao colonizador é que o professor quer construir sujeitos semelhantes a ele. (PAIN, 1996, p. 16-17).

Os alunos encaminhados ao Laboratório de Psicopedagogia chegam, em sua maioria, com as seguintes queixas: dificuldades na leitura e na escrita, raciocínio lento,

"preguiçoso", dificuldade em matemática, dificuldade comportamental, agressividade, alunos diagnosticados previamente como hiperativos, autistas, com Síndrome de Down, Síndrome de Asperg, alunos com deficiência visual, com dificuldades sociais e familiares, e alunos com problemas étnico-raciais que enfrentam preconceitos por parte de colegas e até mesmo de professores. Observam-se, também, muitas queixas de práticas de *bulling* sofridas por alunos que apresentam diferenças.

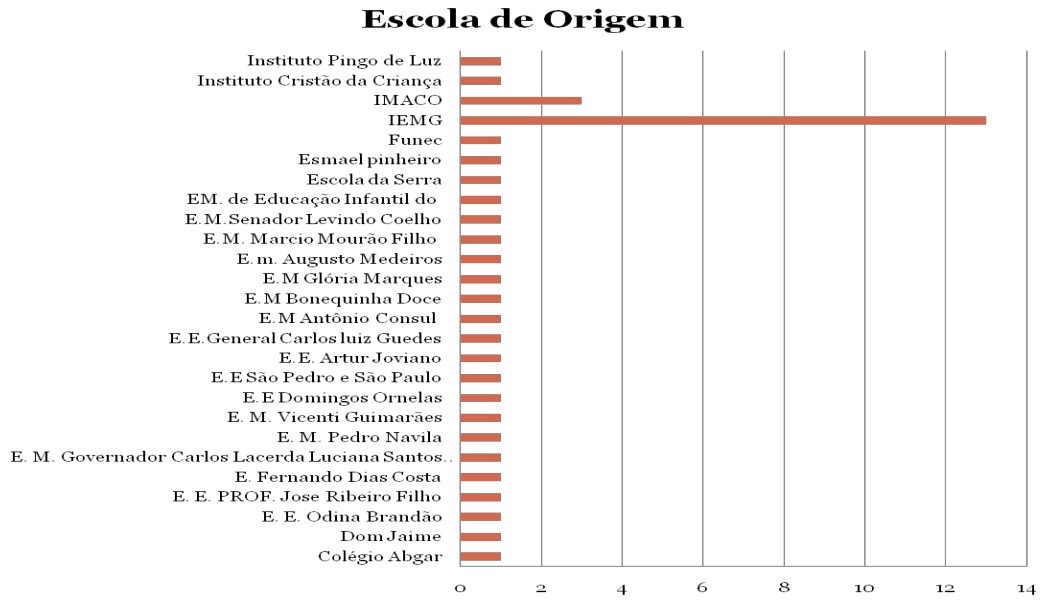
As práticas e instrumentos do Laboratório de Psicopedagogia estão baseadas nas entrevistas como os pais (anamnese) e com os educandos, na observação das atividades espontâneas, a partir do instrumento psicopedagógico da hora do jogo, no par educativo, nas brincadeiras, jogos, leituras, desenhos, nas provas operatórias e psicomotoras, na verificação do material escolar e na interação com a escola a partir da entrevista com a professora.

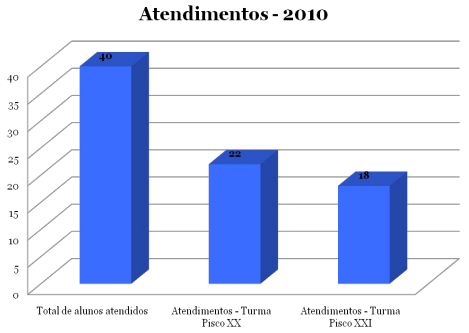
Para a compreensão dos aspectos que mais tem nos chamado a atenção quando se trata das dificuldades de aprendizagem, registramos, abaixo, uma síntese dos dois últimos anos das atividades do projeto de extensão da FaE/CBH/UEMG:

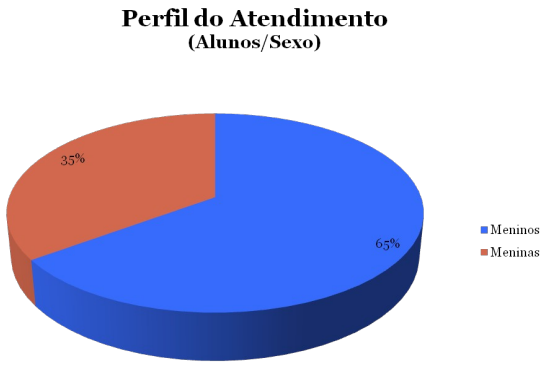
No ano de 2010, os dados do Laboratório de Psicopedagogia registraram os atendimentos das turmas XX e XXI do curso de Pós graduação *Lato Sensu* em Psicopedagogia Clínica e institucional. A pesquisa teórica sobre o *uso dos recursos de informática, como jogos online e softwares educacionais, no atendimento psicopedagógico,* culminou com uma proposta de intervenção institucional realizada no âmbito da Escola Municipal Profª Maria das Neves. A pesquisa teórico-prática foi realizada pelos alunos: Cacilda da Silva Rodrigues, Heloisa Augusto Guimarães e Ramon Orlando de Souza Flauzino da turma XX, que confirmaram as inúmeras possibilidades dos recursos da informática para a construção do conhecimento, sendo um instrumento motivador para romper os limites das dificuldades de aprendizagem. Os alunos autores do trabalho receberam o "Prêmio BH Cidade Educadora – Parceiros da

Escola Integrada. Ao final do semestre, os estudos de caso e as monografias foram apresentados no seminário dos trabalhos finais do curso.

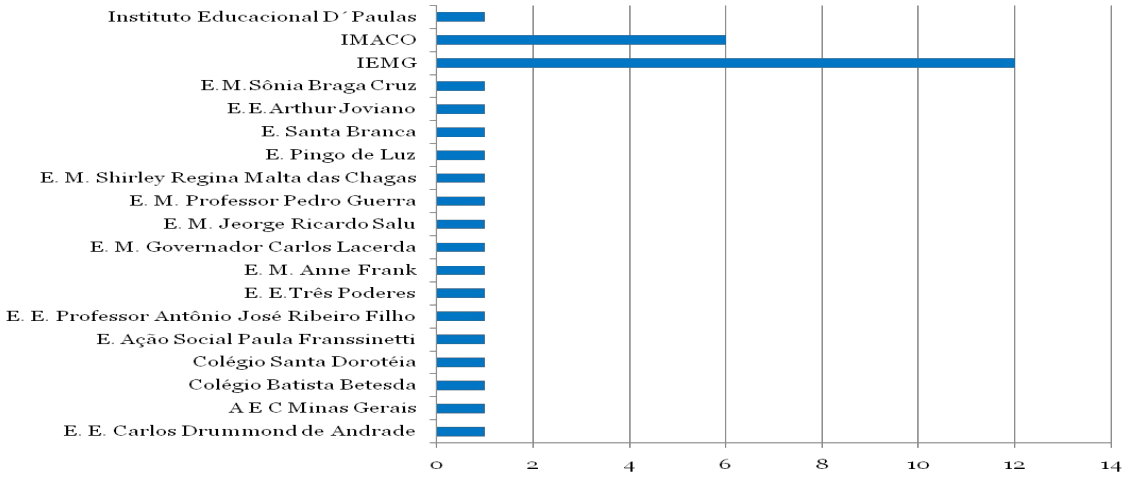
Atendimentos Realizados no ano de 2010

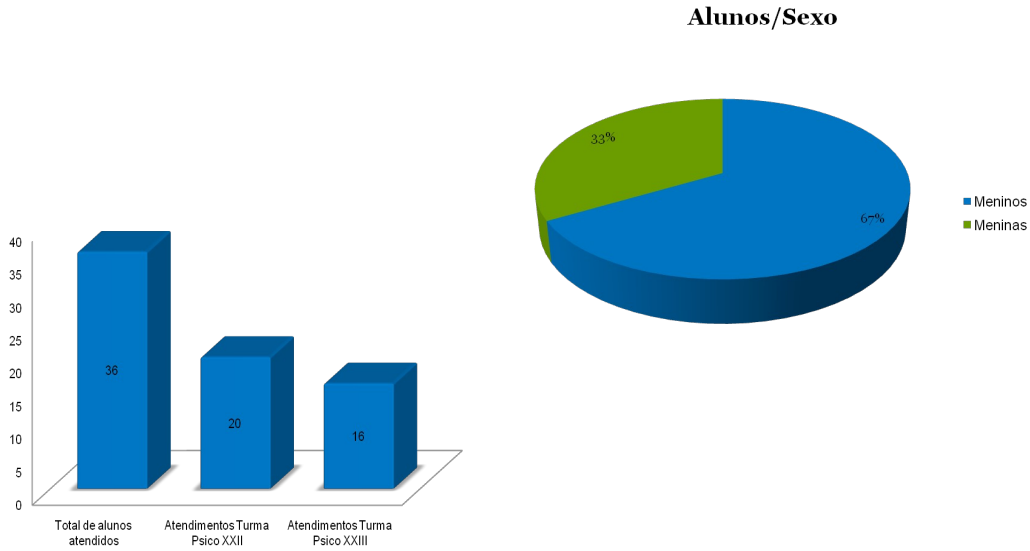






Atendimentos Realizados no ano de 2011





Neste ano de 2011, os dados do projeto de extensão têm como registrado, o trabalho realizado com as turmas XXII e XXIII. Paralelamente aos atendimentos, está sendo realizada uma pesquisa com as famílias dos alunos atendidos pelo Laboratório de Psicopedagogia. Portanto, a intervenção psicopedagógica institucional vem ocorrendo no

âmbito das famílias dos alunos atendidos pelo Laboratório de Psicopedagogia, com o objetivo de estabelecer um diálogo sobre as dificuldades de aprendizagem dos filhos para compreender até que ponto a dinâmica familiar tem influência nesse processo. Apresentamos abaixo o planejamento das atividades extensionistas ligadas às famílias:

PROJETO: "A PSICOPEDAGOGIA VAI À ESCOLA E ENVOLVE AS FAMÍLIAS: UMA EXPERIÊNCIA DE INDISSOCIABILIDADE ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO"

ENCONTROS COM AS FAMÍLIAS: UM DIÁLOGO SOBRE APRENDIZAGEM.

DATAS: 27/08 - 24/09 e 26/10 /2011

HORÁRIO: 14:30 às 17:00

LOCAL: FAE/CBH/UEMG.
RUA PARAÍBA, 29 – BAIRRO: FUNCIONÁRIOS – 12º ANDAR - SALA 1201.

COORDENAÇÃO: Aline Reis Vieira Santos, Bárbara Luma T. Mendoza e Gideone César de Souza: Alunos da Graduação em Pedagogia - Núcleo Formativo VIIIA

ORIENTAÇÃO: Profª Regina Rosa dos Santos Leal

PÚBLICO ALVO: Representantes das famílias atendidas pelo Laboratório de Psicopedagogia da FaE/CBH/UEMG

JUSTIFICATIVA:

Estes encontros buscam envolver as famílias dos alunos atendidos no Laboratório de Psicopedagogia para dialogar sobre o processo de aprendizagem de seus filhos. A proposta partiu do tema de monografia do NF VIIIA do curso da graduação em Pedagogia, a saber: Os *reflexo da dinâmica familiar na aprendizagem dos educandos atendidos pelo Laboratório de Psicopedagogia da FaE/CBH/UEMG.* Trata-se de um projeto de extensão que objetiva envolver as famílias atendidas pelo Laboratório de

Psicopedagogia para ampliar o diálogo com as mesmas no processo da atividade extensionista da FaE/UEMG, e, assim, aprimorar a concepção da extensão na Universidade.

OBJETIVO GERAL: Compreender a dinâmica familiar e os seus reflexos na aprendizagem dos educandos atendidos pelo Laboratório de Psicopedagogia da FaE/CBH/UEMG.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

Dialogar com as famílias sobre as questões que envolvem as dificuldades no processo de aprendizagem em casa e na escola;

Identificar os principais problemas enfrentados pelas famílias no que diz respeito à aprendizagem;

Orientar as famílias promovendo reflexão sobre os papéis que precisam desempenhar na educação dos filhos.

METODOLOGIA: Exposição dialogada com as famílias, dinâmica, exposição de vídeo, aplicação de questionário visando à sondagem sobre o perfil das famílias. Socialização e confraternização.

RECURSOS: Multimídia, câmera de vídeo,

DIÁLOGO COM AS FAMÍLAS: considerando a família como sistema vivo em constante transformação, que tem como função realizar a individuação, o apoio a regulação, a proteção e a socialização de seus membros, o projeto pretende oportunizar às famílias, uma experiência mediadora entre os conhecimentos produzidos na universidade e os saberes da dinâmica familiar. Temos como intenção ouvir as famílias respeitando os

diferentes espaços onde se dá o processo de aprendizagem, ou seja, na família, na escola, nos espaços sociais, virtual e midiático.

A partir de uma abordagem sistêmica, pretende-se com esse projeto, produzir conhecimentos sobre os problemas de aprendizagem e as relações familiares na contemporaneidade.

REFLEXÕES FINAIS

O fortalecimento da extensão universitária na UEMG, articulada à pesquisa e ao ensino, vem acontecendo desde a aprovação dos projetos de extensão universitária voltados às políticas públicas (PROEXT-2004). A FaE/CBH/UEMG, através de seus projetos, busca resgatar a experiência historicamente construída desde a década de 30 do século passado, período em que viveu a reforma da educação mineira e foi influenciada pelas propostas metodológicas do movimento da Escola Nova, estruturado ao redor dos princípios pedagógicos que se afastavam da transmissão autoritária e repetitiva de conhecimentos e ensinamentos, procurando aproximar-se dos processos criativos e menos rígidos da aprendizagem.

A partir da primeira década desse século, com o surgimento dos Núcleos de Estudos e Pesquisa, com o propósito de intensificar as diferentes demandas sociais, criou-se a possibilidade de estreitar os laços entre universidade e sociedade. Tendo como referência os Centros de Pesquisa, Ensino e Extensão, os projetos que são realizados na FaE/CBH/UEMG vêm desafiando a academia a repensar sua prática a partir do diálogo com as famílias e as escolas da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, principalmente aquelas que desenvolvem o Projeto de Escola Integrada.

O projeto de Extensão aqui apresentado compõe as atividades desenvolvidas pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas de Psicologia da Educação e Psicopedagogia que vem contribuindo com a reflexão sobre as dificuldades de aprendizagem na

contemporaneidade. Numa visão prospectiva, o referido Núcleo procura avançar na pesquisa e na extensão buscando compreender as seguintes questões: frente às Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Pedagogia, de 2001, que contribuições pode-se traçar para a realização de projetos extensionistas que possam ampliar os laços entre academia e sociedade, buscando uma formação acadêmica e cidadã? Quais são as demandas levantadas junto à sociedade para realização de projetos que possam ampliar as discussões sobre sociedade e universidade no sentido de transformar a sua postura teórica, prática e metodológica?

Na expectativa da construção do novo campus da UEMG, para o ano de 2014, o Núcleo de Estudos e Pesquisa de Psicologia da Educação e Psicopedagogia da Faculdade de Educação do Campus de Belo Horizonte traz, em sua pauta, a discussão sobre a importância do brincar fundamentada nos pressupostos teóricos da Freud (1856-1939), Piaget (1856-1980), Winnicott (1896-1971), entre outros autores contemporâneos, para instrumentalizar teoricamente as pesquisas teórico-práticas do Núcleo. Como desafio lançado pelas Novas Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Pedagogia, objeto de normatizatização do Conselho Nacional de Educação (CNE – 2005), temos como propósito a construção do espaço da brinquedoteca com o objetivo de investigar sobre o brincar e desenvolver projetos de extensão nessa área.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel. A universidade e a formação do homem. In: SANTOS, Gislene Aparecida (org). **Universidade, Formação, Cidadania,** São Paulo: Cortez, 2001.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 Dez. 1996. A Lei Darcy Ribeiro estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 23 Dez. 1996.

BRASIL. Lei n.10.172, 09 de janeiro de 2001.Plano Nacional de Educação. **Diário Oficial da União**, Brasília, 10 jan.2001.

BRASIL, Resolução CNE/CP 1/2006. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia. **Diário Oficial da União**. 16/05/2006.

ENCONTRO NACIONAL DE EXTENSÃO E AÇÃO COMUNITÁRIA. **A gestão e a avaliação da extensão: um desafio para a comunidade acadêmica.** Anais do IX Encontro Nacional de Extensão e Ação Comunitária e Anais do IV Assembléia do Fórum Nacional de Extensão e Ação Comunitária das Universidades e Instituições de Ensino Superior Comunitárias, Florianópolis: Ed. Univillle, 2002.

FERNANDEZ, Alicia. **Os idiomas do aprendente:** análise das modalidades ensinantes com famílias, escolas e meios de comunicação. Porto Alegre: Artemd, 2001.

FERNANDEZ, Alicia. **A inteligência aprisionada:** abordagem psicopedagógica clínica da criança e sua família. Porto Alegre: Artmed, 1991.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação.** 10. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS E SESU /MEC. **Plano Nacional de Extensão Universitária.** Edição Atualizada. Brasil, 2000/2001.

FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE GRADUAÇÃO DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS – XVII FORGRAD. **Política Nacional de Graduação.** Manaus. Maio, 2004.

FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. **Extensão universitária: diretrizes conceituais e políticas.** Documentos básicos do Fórum Nacional de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (1987-2000). Belo Horizonte: PROEX/UFMG, 2000.

FÓRUM NACIONAL DOS PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. **Avaliação Nacional da Extensão Universitária**. Brasília: MEC/SESU. UFPR, UESC, 2001.

SGUISSARD, Valdemar; SILVA JUNIOR, João dos Reis. **Novas faces da educação superior no Brasil.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

SILVA, Enio Waldir da; FRANTZ, Walter. **As funções sociais da universidade**: o papel da extensão e a questão das comunitárias. Ijuí: Ed. Unijuí, 2002.

VISCA, Jorge. **Clínica psicopedagógica:** epistemologia convergente. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.

PAIN, Sara. **A função da ignorância.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

PAIN, Sara. **Subjetividade objetividade:** relações entre desejo e conhecimento. São Paulo: CEVEC, 1996.